

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

90007/2024

CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM
RONDÔNIA - 200378

OBJETO

LOCAÇÃO DE IMÓVEL na modalidade *BUILT TO SUIT*, com *facilities* de manutenção predial, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, em imóvel adaptado ou a construir, de área construída de 6.998,00m², englobando salas corporativas/escritórios e outros, em um terreno com área mínima de 9.000,00m², por 180 meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 80.541.381,60

DATA DA SESSÃO

Dia 2 / 12 / 2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 10h até 16h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA - SR/PF/RO

Aviso de Dispensa Eletrônica nº 38346705/2024-CPL/SELOG/SR/PF/RO

Processo nº 08475.005823/2024-32

Dispensa Eletrônica nº 90007/2024		Data da Sessão: 02 / 12 / 2024		
		Horário da Fase de Lances: das 10h às 16h (horário de Brasília) no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br		
Objeto				
LOCAÇÃO DE IMÓVEL na modalidade <i>BUILT TO SUIT</i> (locação sob demanda), com <i>facilities de manutenção predial</i> , preventiva, corretiva e preditiva, para <u>uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO)</u> , em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de 6.998,00 m² (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, em um terreno com área mínima de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados), por um período de 180 (cento e oitenta) meses.				
Valor Total (em 180 meses) estimado (máximo admitido) do ITEM 1				
R\$ 80.541.381,60 (oitenta milhões quinhentos e quarenta e um mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)				
Registro de Preços?	Exclusivo ME/EPP	Forma de Adjudicação	Vistoria	Instrumento Contratual
NÃO	NÃO	ITEM (total 180 meses)	NÃO	TERMO DE COMPROMISSO e TERMO DE CONTRATO
PROPOSTA E DOCUMENTOS CONCOMITANTES - Veja item 8.7 do Termo de Referência				
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Veja item 6 do Aviso e item 8 do Termo de Referência*:				

Requisitos Básicos: 1. SICAF ou documentos equivalentes; 2. Certidão do Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e CADIN; 3. Lista de inidôneos do TCU; 4. Habilitação Jurídica - itens 8.11 a 8.19 do TR; 5. Habilitação fiscal, social e trabalhista - itens 8.20 a 8.29 do TR; 6. Prova de regularidade do IPTU - Item 8.26 do TR; 7. Certidão negativa de insolvência/falência - item 8.37 e/ou 8.38 do TR; 8. Balanços patrimoniais exigíveis 2022 e 2023 - item 8.39 do TR; 9. Patrimônio Líquido não inferior a 5% do valor total estimado (R\$ 4.027.069,08) - Item 8.39.0.1 do TR; 10. No caso de consórcio haverá um acréscimo de 10% do PL - item 8.39.4 do TR. 11. Declaração de Conhecimento de todas informações/condições - item 8.40 do TR;		Requisitos Específicos: 12. Declaração com indicação da empresa que prestará os serviços de construção/adaptação - item 8.41 do TR; 13. Registro ou inscrição no conselho profissional competente da empresa que prestará os serviços de construção/adaptação - Item 8.42 do TR; 14. Comprovação da Capacidade Técnico-Operacional - Elaboração de projetos e execução de obra, ambos com área mínima de 3.499,00 m² - item 8.43 do TR; 15. Se consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado - item 8.43.1 do TR; 16. Comprovação da Capacidade Técnico-Profissional: - Registro do profissional no conselho competente - item 8.48; - Elaboração de projetos e execução de obra pelo profissional, ambos com área mínima de 3.499,00 m² - Item 8.50 e 8.50.1 do TR e; - Vínculo do profissional com a empresa da execução dos serviços - item 8.50.2 do TR.		
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado nos itens 8.11 a 8.50 do Termo de Referência.				
Prazo para envio da proposta ajustada acompanhada dos documentos previstos no item 8.7 - I a XVII do TR, dos documentos de habilitação e dos documentos complementares				
Não inferior a 2h (duas horas) após a convocação pela Agente de Contratação/Comissão.				
Observações Gerais				
Os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 1.000,00 (mil reais) nos termos do subitem 4.3.2 do Aviso.				
Meios para contato: e-mail: cpl.sellog.srro@pf.gov.br ou Whatsapp Business: (69) 3216-6230				
Item	Descrição resumida	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total em 180 meses (R\$) LANCES

1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL na modalidade BUILT TO SUIT (locação sob demanda), com facilities de manutenção predial , preventiva, corretiva e preditiva, para <u>uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia</u> (SR/PF/RO), em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de 6.998,00 m² (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, em um terreno com área mínima de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados), por um período de 180 (cento e oitenta) meses.	Unidade	1	80.541.381,60
---	--	---------	---	----------------------

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90007/2024
(Processo Administrativo nº 08475.005823/2024-32)

Torna-se público que União, por meio da **Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do [art. 75](#), inciso III, alínea "a", nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 02 / 12 / 2024

Horário da Fase de Lances: das 10h às 16h (horário de Brasília)

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 200378

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **LOCAÇÃO DE IMÓVEL na modalidade BUILT TO SUIT (locação sob demanda), com facilities de manutenção predial**, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), **em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de 6.998,00 m²** (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, **em um terreno com área mínima de 9.000,00 m²** (nove mil metros quadrados), por um período de 180 (cento e oitenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal,

no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. Poderão participar os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.4. O participante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os interessados:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g) agente público do órgão licitante/contratante;

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a pessoa física ou jurídica a que se referem a(s) alínea(s) “a” e “b” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão contratante.

2.2.3.3. O disposto na(s) alínea(s) “a” e “b” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.2.3.4. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante;

2.2.3.5. A vedação de que trata a(s) alínea(s) “g” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o

exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.5. Da Participação em Consórcio:

- 2.5.1. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por sua representação perante a SR/PF/RO.
- 2.5.2. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase da sessão pública/licitação quanto na execução do contrato.
- 2.5.3. As empresas consorciadas não poderão participar da dispensa de licitação isoladamente ou através de outro consórcio.
- 2.5.4. Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do participante na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1. Valor total do item (em 180 meses);

3.2. O participante interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, cadastrará/registrará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Os participantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (**alternativamente, a declaração assinalada no sistema atende esse requisito**).

3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar na elaboração da proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. Na presente dispensa eletrônica, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, face o valor anual estimado.

3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto deste procedimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.11. No cadastramento da proposta inicial, o participante deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.11.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.11.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.11.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.12. O participante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.13. A falsidade da declaração de que trata o item 3.11 sujeitará o participante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Aviso.

3.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao participante, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.14.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo participante e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.14.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.14.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo participante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.14.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos participantes na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

4.3. O participante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O participante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do participante.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. **O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação** e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

4.8.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8.1.1. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre os participantes empatados.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação e superior a 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação prevista no item 5.13.1, "a", o(a) Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, sob pena de desclassificação da proposta.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao participante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais participantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado ainda o limite de 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do item 5.13.1, "a", deste.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao proponente o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos abaixo, sob pena de desclassificação.

5.3.1. O(A) Agente de Contratação/Comissão solicitará ao participante mais bem classificado que, no prazo não inferior a 2h (duas horas), envie a proposta, conforme modelo do Anexo IV, adequada ao último lance ofertado/valor negociado, acompanhada dos dados/documentos previstos no item 8.7 do Termo de Referência, abaixo transcritos e, se for o caso, dos

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso e já apresentados.

Documentos a serem apresentados juntamente com a proposta convocada, sob pena de desclassificação:

I - Descrição minuciosa do imóvel ou do terreno onde se pretende construir, contendo: endereço completo e características urbanas, tais como: localização exata no município, facilidade e tipos de acesso, comércio ao redor, rede bancária, proximidade ao Centro Político Administrativo da cidade de Porto Velho, proximidade a outros órgãos públicos, linhas de transporte público e demais dados relevantes;

II - Identificação do tipo de via e condições do logradouro (via duplicada, via de mão dupla ou não, tipo de pavimentação, existência de vagas de estacionamento ao longo do logradouro público, etc.);

III - Fotos do imóvel ou terreno, identificando, no mínimo: fachadas, laterais, áreas internas e estacionamentos (se houver), existência de vegetação de médio e grande porte, imagens aéreas, mapa de localização urbana, etc.;

IV - Quadro e detalhamento de áreas, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Área existente (se for o caso);
- b) Área construída total a ser destinada à SR/PF/RO: Não deverá ser contabilizado, neste tópico, as áreas de estacionamento e veículos apreendidos;
- c) Área de todas edificações do complexo destinado à SR/PF/RO (prédio principal e seus anexos, se houver). Deve-se detalhar a área de cada edifício/prédio, bem como de cada setor, **de acordo com Anexo I.1 - Concepção e Programa Arquitetônico SR/PF/RO e áreas mínimas, constante no Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar (ETP)**;
- d) Área e quantitativo de vagas de estacionamento;
- e) Área e quantitativo de vagas destinado ao pátio de veículos apreendidos;
- f) Área do terreno.

V - Memorial descritivo, devendo conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Dados técnicos da edificação, abrangendo, no mínimo: tipologia estrutural, detalhamento do número de pavimentos e quadro de áreas (em conformidade com o item 8.7, IV);
- b) Serviços preliminares e instalações provisórias;
- c) Tipo de fundações e movimentação de terra (se for o caso);
- d) Tipologia de fundações, superestrutura, etc.;
- e) Tipologia de paredes divisórias e painéis;
- f) Revestimentos de paredes e pinturas;
- g) Tipos de pisos;
- h) Sistema arquitetônico da fachada principal do imóvel;
- i) Elevadores - quantidade e especificações técnicas (quantidade de passageiros, peso máximo (em kg), etc);
- j) Sistema de cobertura;
- k) Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Drenagem;
- l) Instalações do sistema fotovoltaico;
- m) Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio - citar o sistema adotado de combate a incêndio;
- n) Acessibilidade - citar critérios e parâmetros técnicos da acessibilidade nas edificações;
- o) Instalações Elétricas;
- p) Sistema de proteção de descargas atmosféricas;
- q) Sistema de controle de acesso;
- r) Climatização e ar condicionado - citar solução técnica adotada e suas especificações;
- s) Paisagismo e urbanização;
- t) Sistema construtivo das vagas de estacionamento cobertas e pátio de veículos apreendidos;
- u) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.

VI - Concepção arquitetônica, devendo conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Planta de locação das edificações no terreno;
- b) Programa arquitetônico completo, contendo: plantas de todos os pavimentos da edificação, detalhando o uso de cada ambiente e sua respectiva área;
- c) Planta de locação das vagas de estacionamento e pátio de veículos apreendidos;
- d) Tabela de ambientes contendo as áreas destinadas à cada setor;
- e) Projeto da fachada com imagens renderizadas com visualização tridimensional (3D), sendo, no mínimo: a fachada principal e seus acessos;

f) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.

VII - Descrição minuciosa das seguintes soluções adotadas em relação à/ao(s):

a) Adoção de sistema fotovoltaico (Potência Pico do sistema em kWp; área total de ocupação dos painéis fotovoltaicos em m²; estimativa de geração média mensal do sistema em kWh/mês; porcentagem da economia de energia elétrica mensal proporcionada pelo sistema).

b) Adoção de poço artesiano ou similar, quando inexistir óbice a sua implementação;

c) Reaproveitamento de águas;

d) Adoção de estação de tratamento de esgoto (ETE);

e) Sistemas de economia de energia;

f) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.

VIII - Declaração do conhecimento e atendimento dos documentos técnicos pertinentes a contratação dos seguintes documentos: Caderno de Padronização da Polícia Federal e Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal.

IX - Declaração atestando que não há qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a futura locação. Caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos, cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação;

X - Comprovação de regularidade do IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) do imóvel ofertado;

XI - Área utilizada para PRECIFICAR a proposta do proponente (aquela que foi utilizada na metodologia para fins de cálculo de relacionados ao PREÇO DA PROPOSTA, conforme Itens 4.10 e 4.10.1 do Termo de Referência);

XII - Valor locativo mensal (R\$), discriminado entre o valor da locação do imóvel e às facilities de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XIII - Valor locativo anual (R\$), já contabilizando o valor das facilities de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XIV - Valor locativo global (R\$), isto é, para o período de 180 (cento e oitenta meses), já contabilizando o valor das facilities de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XV - Valor da locação por m² (metro quadrado) - R\$/m², já contabilizando o valor das facilities de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XVI - No caso de existência de condomínio:

a) Explicitar os serviços oferecidos em relação à operação, segurança e itens que julgarem relevantes;

b) Valor mensal do condomínio, contemplado e discriminado na proposta.

XVII - Certidão do cartório de registro de imóveis e Escritura, de modo a comprovar a regularidade do imóvel e a sua propriedade.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o(a) Agente de Contratação/Comissão verificará se o proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.4.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

5.4.5. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do participante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O participante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o participante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o participante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio participante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o proponente comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo participante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime, assim como preenchimento de dados existentes não expressos por mero esquecimento.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12.1. Além da análise da documentação citada no item 5.3.1, subsidiará a manifestação supra para decidir sobre a classificação ou desclassificação da proposta:

a) Avaliação do imóvel e seu respectivo Projeto Arquitetônico pelo Setor Técnico Científico da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SETEC/SR/PF/RO), que emitirá Laudo Técnico de Avaliação, em até 10 (dez) dias (podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período), com a indicação do Valor de Mercado de Locação do Imóvel ofertado.

a.1) Caso o valor ofertado seja igual ou inferior a 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel (observada a área construída máxima de 6.998m²), apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO, será declarada a compatibilidade da proposta comercial com o valor de mercado.

a.2) Caso o valor ofertado seja superior a 1% (um por cento) do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO, o(a) Agente de Contratação/Comissão designada procederá a negociação de condições mais vantajosas, instando o proponente a apresentar proposta com preço compatível ao estimado pela Administração, observado o valor máximo apresentado pelo Laudo de avaliação.

a.3) Após negociação, estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

a.4) Será desclassificada a proposta que, mesmo após a tentativa de negociação, permanecer acima do preço estimado para a contratação e superior a 1% (um por cento) mensal do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO.

b) Avaliação quanto a análise de riscos da localização do imóvel ofertado pelo setor responsável que norteará a classificação/desclassificação da proposta.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam dos **itens 8.11 a 8.50** do Termo de Referência e serão solicitados do participante mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos participantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do participante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do participante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. No caso de participação de consórcio de empresas:

6.3.1. As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular assinado pelos consorciados, contendo:

6.3.1.1. A designação do consórcio, a indicação da participação nesta dispensa eletrônica/licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido.

6.3.1.2. A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

6.3.1.3. A indicação da empresa líder do consórcio que será responsável por sua representação perante a SR/PF/RO.

6.3.1.4. Cláusula de solidariedade, nos termos deste aviso e da legislação.

6.3.2. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no aviso.

6.3.3. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

6.3.4. A habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado e haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os participantes/licitantes individuais.

6.3.5. O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes.

6.3.6. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do consórcio.

6.4. Para fins de análise da documentação da habilitação técnica quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área técnica especializada no objeto.

6.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o participante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo não inferior a 2h (duas horas) sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

6.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

6.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.6.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório, emitidos unilateralmente pelo licitante;

6.6.4. a aferição das condições de classificação ou de habilitação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.9. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.10. Serão aceitos registros de CNPJ de participante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Será inabilitado o participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12.1. Na hipótese de o participante não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o participante será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Compromisso e posteriormente, Contrato.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Compromisso/Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Compromisso/Contrato, a Administração poderá disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo participante durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o participante/licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra; ou
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do aviso/edital.

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.5. Fraudar a licitação;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- b) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.14.1. Na hipótese de abetura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à participante/licitante, em decorrência de conduta vedada neste Aviso, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

8.14.2. A participante/licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes deste órgão, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

8.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os participantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer participantes interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos participantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao participante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar Digital;

9.12.1.2. Anexo I.1 – Concepção e Programa Arquitetônico;

9.12.1.3. Anexo I.2 – Caderno de Características Técnicas Mínimas;

9.12.1.4. Anexo I.3 – Caderno de Padronização da Polícia Federal;

9.12.1.5. Anexo I.4 – Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal;

9.12.1.6. Anexo I.5 – IMR (Instrumento de Medição de Resultado).

9.12.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Compromisso;

9.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

9.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta.

Porto Velho-RO, na data da assinatura eletrônica.

Superintendente Regional

Autoridade competente

(assinatura eletrônica)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU - Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021

Versão: agosto/2023 - Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (SEI 38314029)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa física ou jurídica para **locação de imóvel, na modalidade *built to suit* (locação sob demanda), com *facilities* de manutenção predial**, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de 6.998,00 m² (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações

operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, **em um terreno com área mínima de 9.000,00 m²** (nove mil metros quadrados), por um período de 180 (cento e oitenta) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (unidade)	VALOR TOTAL MÁXIMO para o período de 180 meses (R\$)
1	Contratação de pessoa física ou jurídica para locação de imóvel, na modalidade <i>built to suit</i> (locação sob demanda), com <i>facilities</i> de manutenção predial , preventiva, corretiva e preditiva, para <u>uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia</u> (SR/PF/RO), em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de 6.998,00 m² (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, em um terreno com área mínima de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados), por um período de 180 (cento e oitenta) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	4316	unidade	01	R\$ 80.541.381,60

Observação: A estimativa de valor de contratação é na ordem de R\$ 80.541.381,60 (oitenta milhões, quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) tratando-se do valor contratual, isto é, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses. Logo, o valor anual estimado é de R\$ 5.369.425,44 (cinco milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos) e mensal de R\$ 447.452,12 (quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), englobando o valor máximo estimado de *facilities* de manutenção predial de R\$ 52.834,90 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa centavos), considerada a área construída de 6.998,00 m² (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados). Portanto, **o valor estimado máximo por m² é R\$ 63,94 m²**, já incluso o valor das *facilities* de manutenção predial, conforme estipulado neste e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como especiais, pois exige-se solução personalizada de características únicas, não sendo facilmente descritas e delimitadas, apresentando apenas características genéricas e especificações mínimas que deverão ser atendidas, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação estima-se em 203 (duzentos e três) meses, correspondentes a:

- 1.3.1. 05 (cinco) meses para elaboração de projetos e aprovação dos mesmos nos órgãos competentes;
- 1.3.2. 12 (doze) ou 18 (dezoito) meses, quando se tratar de imóvel construído a ser adaptado ou a construir, respectivamente e;
- 1.3.3. 180 (cento e oitenta) meses referente a locação do imóvel, contado do recebimento definitivo do imóvel, prorrogáveis, observado o artigo 110, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021 c/c com o §2º, do art. 9º da IN SEGES/ME nº 103, de 2022.

1.4. O Termo de Compromisso (etapa de adaptação/construção) e Contrato (locação do imóvel) oferecem maior

detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e das áreas estimadas encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, por meio do DFD 42/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. O imóvel deverá contar com soluções de sustentabilidade que prevejam o uso “otimizado” de água, energia elétrica, e outros recursos, bem como o manuseio e descarte apropriado do lixo (reciclagem). Destaca-se como formas de sustentabilidade: captação e reutilização de águas pluviais, telhado verde, sistema de geração de energia fotovoltaica, utilização de lâmpadas econômicas, tipo LED ou similar com detecção de presença, sistema de climatização com alto índice de eficiência energética, dentre outros.
- 4.2. Para fins de dimensionamento do sistema de geração de energia fotovoltaica, o Licitante deverá considerar o consumo médio mensal da SR/PF/RO, quantificado em torno de 65.000 kWh/mês, devendo apresentar a descrição pormenorizada da solução adotada, conforme estabelecido no Item 8.7, Inciso VII a) do presente, especificando, dentre outras características: Potência Pico do sistema em kWp; A área total de ocupação dos painéis fotovoltaicos em m²; A estimativa de geração média mensal do sistema em kWh/mês; e a porcentagem da economia de energia elétrica mensal proporcionada pelo sistema.
- 4.3. O imóvel deve apresentar iluminação e aeração em todos os compartimentos habitáveis, por intermédio de janelas ou vãos que se comuniquem diretamente com espaços exteriores ou com áreas abertas.
- 4.4. Os demais critérios e práticas de sustentabilidade encontram-se dispostos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

- 4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.5.1. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o proponente poderá subcontratar a elaboração dos projetos, execução da obra e manutenção do imóvel/das instalações, com expressa autorização da contratante;
- 4.5.2. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado, sendo que o contratado/locador deverá apresentar à SR/PF/RO documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do presente processo;
- 4.5.3. Durante o período da subcontratação, o(s) subcontratado(s) deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade fiscal exigidas neste Termo de Referência e demais peças da presente contratação;
- 4.5.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 122, § 3º da Lei 14.133, de 2021);
- 4.5.5. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação;
- 4.6. O contrato oferece detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

- 4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), ante as peculiaridades do objeto, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, conforme o caso.

Vistoria prévia do imóvel ou terreno pela SR/PF/RO

- 4.8. A Administração poderá realizar quaisquer diligências que julgue necessárias ao complemento de informações em relação à proposta apresentada, inclusive com vistoria do imóvel ou do terreno do futuro imóvel proposto para locação.

Requisitos Técnicos

4.9. A descrição detalhada dos requisitos técnicos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Requisitos Gerais

4.10. Para fins de precificação da proposta, será admitida, para fins de PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL, a área construída de **6.998,00 m²** (seis mil, novecentos e noventa e oito metros quadrados), **a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes.**

4.10.1. **O proponente poderá ofertar um imóvel com área construída de até 10% (dez por cento) superior à prevista no item 4.10,** porém, os cálculos relacionados ao valor ofertado deverão observar a metodologia indicada, isto é: *custo do m² em reais x [área construída (quando igual ou inferior a solicitada) OU área construída de 6.998,00 m² (quando a área construída for superior a solicitada, por necessidade de limitação arquitetônica)] x 180 meses*, desde que atenda integralmente ao plano de necessidades do órgão, observado o **VALOR TOTAL MÁXIMO aceitável para o período de 180 meses.** Ou seja, tratando-se de área construída superior em até 10%, o licitante deverá considerar a área construída máxima de 6.998,00 m² para fins de precificação e oferta da proposta.

4.10.2. Justificamos o estabelecimento de limite máximo de 10% (dez por cento) quando se tratar de área superior a demandada visando especialmente não onerar a Administração em outros contratos como de Limpeza, manutenção, energia e outros.

4.10.3. O valor máximo admitido para as *facilities* de manutenção predial é de R\$ 52.834,90 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa centavos), o qual deverá constar no valor total da proposta.

4.11. Não serão objeto de precificação/atribuição de valor na locação:

4.11.1. As metragens de áreas acrescidas por exclusivo interesse, conveniência ou necessidade do proprietário, ainda que integrantes da área disponibilizada ao uso e domínio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia;

4.11.2. As áreas de circulação e vagas de veículos, cobertas ou não.

4.12. Eventuais variações entre as metragens de referência constantes deste Termo de Referência e demais peças técnicas e a proposta para o projeto a ser executado somente serão relevadas pela Administração desde que perfeitamente adequadas às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia.

4.13. Os interessados deverão demonstrar a disponibilidade de terreno para a construção ou de prédio para adaptação, com as metragens constantes no Estudo Técnico Preliminar e demais peças técnicas, apêndices e anexos deste Termo de Referência, considerando a área construída constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

4.14. Por ocasião do oferecimento da proposta, o interessado/locador não precisará possuir necessariamente o título de propriedade do imóvel, bastando demonstrar por compromisso assinado pelo proprietário do imóvel, que no caso de formalização de contrato com Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, a titularidade do imóvel passará para o proponente interessado/locador.

4.15. No caso do item 4.14, o interessado/locador deverá comprovar, através de **Escritura do Imóvel e de Certidão de Inteiro Teor do Imóvel**, ser o titular do imóvel na data de assinatura do Termo de Compromisso.

Da avaliação do Imóvel quanto ao preço

4.16. Em momento oportuno apontado pela Administração, o imóvel e seu respectivo Projeto Arquitetônico serão submetidos à apreciação do Setor Técnico Científico da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SETEC/SR/PF/RO), que emitirá Laudo Técnico de Avaliação com a indicação do Valor de Mercado de Locação do Imóvel;

4.17. Caso o valor proposto da locação seja igual ou inferior a 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO, será declarada a compatibilidade da proposta comercial com o valor de mercado.

4.18. Caso o valor proposto da locação seja superior a 1% (um por cento) do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO, a Comissão de contratação designada procederá a negociação de condições mais vantajosas, instando o proponente a apresentar proposta com preço compatível ao estimado pela Administração, observado o valor máximo apresentado pelo Laudo de avaliação.

4.19. Após negociação, estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

4.20. Será desclassificada a proposta que, mesmo após a tentativa de negociação, permanecer acima do preço máximo definido para a contratação e/ou superior a 1% (um por cento) mensal do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO.

4.21. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo a que se vincula.

4.22. O critério limitante de 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado de imóvel para compatibilidade da proposta comercial será utilizado em prol dos interesses da Administração, dispositivo que impõe um teto para o valor da locação, limitando-o a 1% do valor do bem locado.

4.23. O Laudo Técnico de Avaliação será elaborado em até 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Da avaliação de riscos do imóvel quanto à localização

4.24. Em momento oportuno apontado pela Administração, a localização do imóvel ofertado na proposta poderá ser submetida à elaboração de análise de risco pelo setor responsável.

4.25. O relatório da análise de risco, documento interno de inteligência, sobre a localização do imóvel será apresentado ao gestor da instituição, que em conjunto com a comissão poderá decidir sobre a classificação ou desclassificação da proposta.

Requisitos de *facilities*

4.26. A descrição detalhada dos requisitos das *facilities* de manutenção predial da contratação, assim como seus prazos para atendimento, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Prazos

4.27. Da definição:

4.27.1. Entende-se por **prazo de elaboração de projetos** o período que a contratada utilizará para confecção, apresentação e aprovação dos projetos pela contratante, já incluindo o período para emissão de alvarás e aprovação dos projetos nos órgãos competentes municipais, estaduais e federais, conforme o caso;

4.27.2. Entende-se por **prazo de carência** o período que a contratada/locadora utilizará para construção/adaptação do imóvel objeto da locação na modalidade *built to suit* (período durante o qual não haverá desembolsos pela contratante/locatária);

4.27.3. Entende-se por **prazo de locação** o período que a contratada irá dispor do direito de superfície e será remunerada pela locação do imóvel;

4.27.4. Entende-se por **prazo de vigência** o período total do contrato, período compreendido entre: início do prazo de elaboração de projetos, prazo de carência e prazo de locação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 05 (cinco) meses contados da assinatura do contrato para elaboração de projetos e aprovação dos mesmos nos órgãos competentes;

5.1.1.1. O contratado/empreendedor deverá submeter todos os projetos de construção e/ou adaptação (em caso de edificação já existente) à aprovação prévia da SR/PF/RO, respeitado o prazo acima, condição indispensável para autorização das execuções.

5.1.2. Prazo de carência de 12 (doze) meses, quando se tratar de imóvel construído a ser adaptado e de 18 (dezoito) meses, no caso de tratar-se de imóvel a ser construído;

5.1.2.1. Ao término da obra/adaptação, o contratado/empreendedor deverá fornecer, a suas expensas, à SR/PF/RO:

- a) AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- b) Habite-se, fornecido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO;
- c) Licença de Operação junto ao Meio Ambiente;
- d) Outras aprovações que porventura sejam necessárias.

5.1.3. Prazo de locação se iniciará após a entrega do imóvel em perfeito funcionamento e terá vigência de 180 (cento e oitenta) meses, prorrogáveis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. Imóvel adaptado ou a construir de **área construída de 6.998,00 m²** (seis mil, novecentos e noventa oito metros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais de grande porte, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, em um **terreno com área mínima de 9.000,00 m²** (nove mil metros quadrados). Salienta-se que, em se tratando da área de estacionamento, o imóvel deverá possuir, no mínimo, **294 (duzentos e noventa e quatro) vagas cobertas**, a exemplo, de estacionamento e/ou estruturas metálicas com sombrite ou modalidade a ser avaliada, para viaturas oficiais de pequeno e médio porte e veículos oficiais de grande porte. Deverá conter também área destinada a veículos apreendidos possuindo, no mínimo, **100 (cem) vagas**, podendo ser prevista similarmente as vagas de estacionamento do sistema rotativo.

5.2.2. Além disso, fará parte da locação as *facilites* de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, apêndices e anexos, cujos custos deverão integrar a proposta de locação do imóvel;

5.2.3. O imóvel deverá atender as especificações contidas neste, nos Anexos deste Termo de Referência e nas demais

peças técnicas previstas para a contratação e execução dos serviços;

5.2.4. O imóvel deverá localizar-se na região central da cidade, conforme a Figura 1, constante no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato quanto a fase de elaboração de projetos e execução da obra/adaptação, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O GTED/SR/PF/RO (Grupo Técnico em Edificações) será o fiscal técnico, o qual acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Referentes às *Facilites* de Manutenção Predial

7.1. A avaliação da execução, referente aos serviços relacionados às *facilities* de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo I.5, observando também o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do Recebimento Referente às *Facilites* de Manutenção Predial

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#), de 2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a nota fiscal/recibo até que sejam sanadas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações

constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução referentes às *facilites* de Manutenção Predial.

Do Recebimento Provisório e Definitivo do Imóvel

7.13. Tratando-se de imóvel construído, a ser adaptado às necessidades da SR/PF/RO, este deverá ser entregue de forma definitiva em até 12 (doze) meses, contados a partir da finalização da etapa de elaboração dos projetos, com a infraestrutura adequada aos padrões da SR/PF/RO, acabado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento, desocupado e com as instalações em pleno funcionamento, para avaliação preliminar da SR/PF/RO. No caso de construção nova será concedido prazo máximo de 18 (dezoito) meses para entrega do imóvel, inclusive com documentação legal e totalmente livre.

7.14. No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar as características previstas e descritas neste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e demais anexos do presente instrumento.

7.15. Com o imóvel efetivamente disponível para ocupação, e uma vez confirmado que está de acordo com as características propostas neste Termo de Referência e demais documentos técnicos, será emitido o Termo de Recebimento Provisório do Imóvel pela equipe técnica da SR/PF/RO.

7.16. O imóvel será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de notificação do contratado.

7.18. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.19. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.20. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.21. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.22. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.26. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo do imóvel recebido, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.26.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos efeitos financeiros do contrato.

7.27. O Termo de Recebimento Definitivo apenas será emitido caso o imóvel atenda a todas as características e especificações da SR/PF/RO e eventuais pendências informadas pela área técnica tenham sido sanadas.

7.28. Constarão como anexos do Termo de Recebimento Definitivo todas as garantias de equipamentos que forem instalados no prédio, tais como: elevadores, plataformas, equipamentos de ar-condicionado, bombas, sistema de combate a incêndio (hidrantes, sprinklers, conforme o caso), equipamentos de controle de acesso, motores, cancelas, centrais de detecção de incêndio, nobreaks, geradores, etc.

7.29. Além do previsto no subitem anterior, constarão como anexos do Termo de Recebimento Definitivo os seguintes documentos:

- a) Certificado de conformidade do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- b) Habite-se fornecido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO;
- c) Licença de Operação junto à Secretaria de Meio Ambiente;
- d) Outras aprovações em órgãos públicos que porventura se fizerem necessárias;
- e) Cópia de todos os projetos com arquivos em arquivo REVIT e CAD, bem como formato *pdf*, de todas as especialidades/disciplinas;
- f) Toda a documentação necessária para transferência de titularidade de contas de água e de energia elétrica;
- g) Apólice de seguro do prédio contra incêndio, por conta da contratada/locadora.

7.30. Sendo assim, a SR/PF/RO passará a ocupar o imóvel a partir do Recebimento Definitivo.

7.31. Os efeitos financeiros ocorrerão a partir do Recebimento Definitivo do imóvel.

7.32. Haverá carência de 30 (trinta) dias no pagamento dos valores devidos a título de aluguel contados a partir do Recebimento Definitivo do Imóvel.

7.33. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.34. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.34.1. O valor do aluguel será mensal e deverá englobar os custos referentes às *facilities* de manutenção predial, IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana), taxas imobiliárias, seguro predial e demais encargos incidentes sobre o imóvel.

7.35. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.35.1. o prazo de validade;
- 7.35.2. a data da emissão;
- 7.35.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.35.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.35.5. o valor a pagar; e
- 7.35.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.36. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta

ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.37. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.38. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou a sítios eletrônicos para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.39. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.40. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.41. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.43. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.44. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.45. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.48. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cessão de crédito

7.49. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.49.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.50. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O imóvel e seu respectivo Projeto Arquitetônico serão submetidos à apreciação do Setor Técnico Científico da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SETEC/SR/PF/RO), que emitirá Laudo Técnico de Avaliação com a indicação do Valor de Mercado de Locação do Imóvel a fim de se aferir o valor da locação proposto em relação ao índice de 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel.

8.3. Quanto a análise de riscos do imóvel de acordo com a sua localização, a proposta será analisada pelo setor responsável, que apresentará documento interno de inteligência ao gestor da instituição, para em conjunto com a comissão decidir sobre a classificação ou desclassificação da proposta.

Regime de execução

8.4. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Documentos a serem apresentados no momento de julgamento das propostas

8.5. O proponente deverá ofertar em sua proposta imóvel livre e desembaraçado.

8.6. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada e ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias. Não havendo indicação expressa, será considerada como tal.

8.7. O interessado deverá apresentar sua proposta, da qual constará as seguintes informações técnicas:

I - **Descrição minuciosa do imóvel ou do terreno onde se pretende construir**, contendo: endereço completo e características urbanas, tais como: localização exata no município, facilidade e tipos de acesso, comércio ao redor, rede bancária, proximidade ao Centro Político Administrativo da cidade de Porto Velho, proximidade a outros órgãos públicos, linhas de transporte público e demais dados relevantes;

II - **Identificação do tipo de via e condições do logradouro** (via duplicada, via de mão dupla ou não, tipo de pavimentação, existência de vagas de estacionamento ao longo do logradouro público, etc.);

III - **Fotos do imóvel ou terreno**, identificando, no mínimo: fachadas, laterais, áreas internas e estacionamentos (se houver), existência de vegetação de médio e grande porte, imagens aéreas, mapa de localização urbana, etc.;

IV - **Quadro e detalhamento de áreas**, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Área existente (se for o caso);

b) **Área construída total a ser destinada à SR/PF/RO**: Não deverá ser contabilizado, neste tópico, as áreas de estacionamento e veículos apreendidos;

c) Área de todas edificações do complexo destinado à SR/PF/RO (prédio principal e seus anexos, se houver). Deve-se detalhar a área de cada edifício/prédio, bem como de cada setor, de acordo com Anexo I.1 - Concepção e Programa Arquitetônico SR/PF/RO e áreas mínimas, constante no Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar (ETP);

d) Área e quantitativo de vagas de estacionamento;

e) Área e quantitativo de vagas destinado ao pátio de veículos apreendidos;

f) Área do terreno.

V - **Memorial descritivo**, devendo conter, no mínimo, os seguintes itens:

a) Dados técnicos da edificação, abrangendo, no mínimo: tipologia estrutural, detalhamento do número de pavimentos e quadro de áreas (em conformidade com o item 8.7 IV);

b) Serviços preliminares e instalações provisórias;

c) Tipo de fundações e movimentação de terra (se for o caso);

d) Tipologia de fundações, superestrutura, etc.;

e) Tipologia de paredes divisórias e painéis;

f) Revestimentos de paredes e pinturas;

g) Tipos de pisos;

h) Sistema arquitetônico da fachada principal do imóvel;

i) Elevadores - quantidade e especificações técnicas (quantidade de passageiros, peso máximo (em kg), etc);

j) Sistema de cobertura;

k) Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Drenagem;

l) Instalações do sistema fotovoltaico;

m) Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio - citar o sistema adotado de combate a incêndio;

n) Acessibilidade - citar critérios e parâmetros técnicos da acessibilidade nas edificações;

- o) Instalações Elétricas;
- p) Sistema de proteção de descargas atmosféricas;
- q) Sistema de controle de acesso;
- r) Climatização e ar condicionado - citar solução técnica adotada e suas especificações;
- s) Paisagismo e urbanização;
- t) Sistema construtivo das vagas de estacionamento cobertas e pátio de veículos apreendidos;
- u) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.

VI - **Concepção arquitetônica**, devendo conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Planta de locação das edificações no terreno;
- b) Programa arquitetônico completo, contendo: plantas de todos os pavimentos da edificação, detalhando o uso de cada ambiente e sua respectiva área;
- c) Planta de locação das vagas de estacionamento e pátio de veículos apreendidos;
- d) Tabela de ambientes contendo as áreas destinadas à cada setor;
- e) Projeto da fachada com imagens renderizadas com visualização tridimensional (3D), sendo, no mínimo: a fachada principal e seus acessos;
- f) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.

VII - **Descrição minuciosa das seguintes soluções adotadas em relação à/ao(s):**

- a) Adoção de sistema fotovoltaico (Potência Pico do sistema em kWp; área total de ocupação dos painéis fotovoltaicos em m²; estimativa de geração média mensal do sistema em kWh/mês; porcentagem da economia de energia elétrica mensal proporcionada pelo sistema).
- b) Adoção de poço artesiano ou similar, quando inexistir óbice a sua implementação;
- c) Reaproveitamento de águas;
- d) Adoção de estação de tratamento de esgoto (ETE);
- e) Sistemas de economia de energia;
- f) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.

VIII - **Declaração do conhecimento e atendimento dos documentos técnicos pertinentes a contratação dos seguintes documentos:** Caderno de Padronização da Polícia Federal e Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal.

IX - **Declaração atestando que não há qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a futura locação.** Caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos, cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação;

X - **Comprovação de regularidade do IPTU** (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) do imóvel ofertado;

XI - **Área utilizada para PRECIFICAR a proposta do proponente** (aquela que foi utilizada na metodologia para fins de cálculo de relacionados ao PREÇO DA PROPOSTA, conforme Itens 4.10 e 4.10.1 do presente Termo de Referência);

XII - **Valor locativo mensal (R\$)**, discriminado entre o valor da locação do imóvel e às facilities de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XIII - **Valor locativo anual (R\$)**, já contabilizando o valor das *facilities* de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XIV - **Valor locativo global (R\$), isto é, para o período de 180 (cento e oitenta meses)**, já contabilizando o valor das *facilities* de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XV - **Valor da locação por m² (metro quadrado) - R\$/m²**, já contabilizando o valor das *facilities* de manutenção predial - em moeda corrente nacional;

XVI - No caso de **existência de condomínio**:

- a) Explicitar os serviços oferecidos em relação à operação, segurança e itens que julgarem relevantes;
- b) Valor mensal do condomínio, **contemplado e discriminado na proposta**.

XVII - Certidão do cartório de registro de imóveis e Escritura, de modo a comprovar a regularidade do imóvel e a sua propriedade.

8.8. As propostas oferecidas de imóveis já construídos ou a construir para o objeto da contratação, deverão levar em conta todas as necessidades/especificidades contidas no Estudo Técnico Preliminar, Anexos (Programa Arquitetônico, Caderno de Características Técnicas Mínimas, Caderno de Padronização da Polícia Federal pela DEA, Manual de Identificação e Comunicação Visual da PF) e demais peças técnicas, vinculados ao presente instrumento.

8.9. Os documentos técnicos constantes no item 8.7 I ao XVII deverão estar devidamente datados e assinados pelo(s) proponente(s).

Exigências de habilitação

8.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.11. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.17. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.18. **Consórcio de pessoas jurídicas:** a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração e; c) inscrição do ato constitutivo na entidade competente de cada consorciada, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.25. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.26. Prova de regularidade do imóvel relativamente ao IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana);

8.27. Tratando-se de Consórcio de empresas, cada consorciada deverá comprovar o acima descrito.

8.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.29. A proposta e os documentos de habilitação apresentados serão documentados nos autos e levados em consideração para fins de classificação, habilitação, e ao longo da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

Exigências de habilitação (consultas)

8.30. A Comissão designada e/ou o Agente de contratação verificará se o proponente atende às condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.31. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver substituição das consultas das alíneas "b, c, d e e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.32. A consulta aos cadastros será realizada em nome da **empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.33. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte dos envolvidos apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.34. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.35. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.36. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Qualificação Econômico-Financeira

8.37. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.38. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.39. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.39.0.1. Será exigido para fins de habilitação Patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.39.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.39.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.39.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.39.4. No caso de consórcio de empresas, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado e haverá um acréscimo de 10% (dez) de exigência do Patrimônio líquido para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

Qualificação técnica

8.40. Declaração de que o proponente tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do presente;

8.40.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.41. Declaração com indicação da empresa que prestará os serviços de construção e/ou adaptação do imóvel, quando esta não for o locador.

8.42. Registro ou inscrição da empresa no Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade, referente à empresa que executará os serviços de elaboração de projetos e construção/adaptação do imóvel pretendido.

8.42.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação técnico-operacional

8.43. Quanto à qualificação técnico-operacional, referente à empresa que executará os serviços de elaboração de projetos e construção/adaptação do imóvel pretendido, deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da referida empresa, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

a) Elaboração de projetos de engenharia de edifício comercial com área mínima de 3.499,00 m² (três mil e

quinhentos metros quadrados) de projeção de área construída; e

b) Execução de obra de estruturas civis com área mínima de 3.499,00 m² (três mil e quinhentos metros quadrados) de projeção de área construída.

8.43.1. Se consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

8.44. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n° 98/2022.

8.45. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da referida empresa.

8.46. O licitante será o responsável pela disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.47. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação técnico-profissional

8.48. Apresentar profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto da contratação.

8.49. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei n° 14.133, de 2021).

8.50. A comprovação da qualificação técnico-profissional, será realizada mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA e/ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

8.50.1. Para o cargo de Engenheiro Civil e/ou Engenheiro Mecânico e/ou Engenheiro Elétrico e/ou Arquiteto, serviços de:

a) Elaboração de projetos de engenharia de edifício comercial com área mínima de 3.499,00 m² (três mil e quinhentos metros quadrados) de projeção de área construída; e

b) Execução de obra de estruturas civis com área mínima de 3.499,00 m² (três mil e quinhentos metros quadrados) de projeção de área construída.

8.50.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa que executará os serviços de elaboração de projetos e construção/adaptação do imóvel pretendido, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.50.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.50.4. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei n° 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

8.50.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 80.541.381,60** (oitenta milhões, quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) por um período de 180 (cento e oitenta) meses.

9.2. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 00001/200378-Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - SR/PF/RO
- II - Fonte de Recursos: Tesouro - Recursos Ordinários (0100000000);
- III - Programa de Trabalho: 00394494000136-0-000021/2024;
- IV - Elemento de Despesa: 33.90.39;
- V - Plano Interno: Outras despesas administrativas - PF99900AG24.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. APÊNDICE E ANEXOS

- 11.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 11.2. Anexo I.1 – Concepção e Programa Arquitetônico.
- 11.3. Anexo I.2 – Caderno de Características Técnicas Mínimas.
- 11.4. Anexo I.3 – Caderno de Padronização da Polícia Federal.
- 11.5. Anexo I.4 – Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal.
- 11.6. Anexo I.5 – IMR (Instrumento de Medição de Resultado).
- 11.7. Anexo II – Minuta do Termo de Compromisso.
- 11.8. Anexo III – Minuta de Contrato.

12. RESPONSÁVEIS

Porto Velho, na data das assinaturas eletrônicas.

VICTOR HUGO DE LIMA CAETANO
Papiloscopista Policial Federal
Equipe de Planejamento

WILLIAN DE SENA GOMES
Escrivão de Polícia Federal
Equipe de Planejamento

ÍCARO STÉFANO DA NÓBREGA SOUZA
Agente de Polícia Federal
Equipe de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO DE LIMA CAETANO**, Papiloscopista Policial Federal, em 01/11/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAN DE SENA GOMES**, Escrivão(a) de Polícia Federal, em 01/11/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ICARO STEFANO DA NOBREGA SOUZA**, Agente de Polícia Federal, em 01/11/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38314029&crc=EDC2A6F2.

Código verificador: **38314029** e Código CRC: **EDC2A6F2**.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MAGALHAES NASCIMENTO**, **Superintendente Regional**, em 07/11/2024, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38346705&crc=EAF6C6B4.

Código verificador: **38346705** e Código CRC: **EAF6C6B4**.